

**A LINGUÍSTICA COGNITIVA
E OS ESTUDOS DA LINGUAGEM:
UMA (RE)LEITURA ATUALIZADA¹**

Eduardo Santana Moreira (UFRRJ)

eduardo.santana3@yahoo.com.br

Roza Maria Palomanes Ribeiro (UFRRJ)

rozapalomanes@terra.com.br

RESUMO

A linguística cognitiva, a partir de uma reavaliação dos pressupostos gerativistas, estabeleceu-se, por volta dos anos 80, como uma nova abordagem nos estudos da linguagem, principalmente no que diz respeito a sua relação com a experiência humana e as práticas socioculturais. Assim, neste artigo, produzido com o apoio da bolsa de iniciação científica da FAPERJ, propôs-se realizar uma breve sistematização das principais inovações conceituais e epistemológicas do cognitivismo, sobretudo no tratamento de questões relacionadas à categorização e conhecimento de mundo. Inicialmente, faz-se uma revisão da literatura gerativista (CHOMSKY, 1975), analisando-se o princípio da modularidade dentro desta corrente linguística e, mais à frente, da análise original de categorização (KATZ & FODOR, 1963); posteriormente, introduzem-se autores que trabalham com a linguística cognitiva (LANGACKER, 1987; FAUCONNIER, 1997; SILVA, 1991; GEERAERTS, 2006; GOLDBERG, 2006), enfocando-se a forma como esta lida com os aportes teóricos a ela anteriores, baseando-se nas obras extensas de pesquisadores brasileiros contemporâneos, como Ferrari (2010, 2014), Leite (2006), Martelotta (2012) e Ribeiro (2007).

Palavras-chave:

Linguística cognitiva. Processos de categorização. Construção de significado.

1. Introdução

A linguística cognitiva surgiu entre o final da década de 70 e o início da década de 80, motivada pelos interesses de estudiosos na investigação do fenômeno da significação, vindo a firmar-se no cenário internacional, com efeito, nos anos de 1980 (FERRARI, 2014; SILVA, 1997). Em virtude de sua compatibilidade com os princípios básicos sobre a construção do significado, essa vertente teórica desenvolveu-se e consolidou-se no meio intelectual, passando a obter, então, prestígio no espaço

¹ Uma versão deste artigo foi publicada nos *Anais do VIII Simpósio Nacional de Estudos Filológicos e Linguísticos* (suplemento do número 64 da *Revista Philologus*).

acadêmico. Nos anos 1990, institucionalizou-se com a publicação de obras como a *International Cognitive Linguistics Association*, a revista *Cognitive Linguistics*, fundada por Geeraerts, e da coletânea *Cognitive Linguistics Research*, editada por René Dirven e Ronald Langacker.

A linguística cognitiva possui como principais precursores os norte-americanos George Lakoff, Ronald Langacker, Leonard Talmy, Charles Fillmore, além do francês Gilles Fauconnier, cujas extensivas pesquisas sobre a estrutura semântica gerativa das línguas originaram um descontentamento com o papel atribuído à semântica/pragmática no paradigma (FERRARI, 2014). A partir daí, surgiu um novo campo de investigação nos estudos da linguagem, o qual, atualmente, designa-se como *cognitivo* ou *cognitivista*² pelos linguistas que o seguem. (MARTELOTTA & RIBEIRO, 2012).

Cabe ressaltar que o cognitivismo não apresenta uma visão homogênea, mas abrange um conjunto de abordagens teóricas, cujas premissas compartilham hipóteses gerais acerca de pareamento entre forma-significado de caráter cognitivo dos processos semânticos. Silva (1997) afirma que os principais temas de interesse da linguística cognitiva são

[...] as características estruturais da categorização linguística (tais como prototipicidade, polissemia, modelos cognitivos, metáfora e imagens mentais), os princípios funcionais da organização linguística (iconicidade e naturalidade), a interface conceptual entre sintaxe e semântica, a base pragmática e ligada à experiência da linguagem-no-uso e a relação entre linguagem e pensamento (incluindo questões sobre o relativismo e sobre os universais conceptuais). (SILVA, 1997, p. 59)

É justamente sobre esse campo de estudo que o presente artigo se propõe apresentar uma leitura atualizada. De forma introdutória, tratar-se-á, especialmente, a) da questão da modularidade na cognição; b) da não arbitrariedade no pareamento forma e significado e c) da relação não dicotômica entre semântica e pragmática. Para tanto, tomam-se como base as obras de Langacker (1987, 1991), Goldberg (1995, 2006), Fauconnier (1997), Croft (2001), Fauconnier & Turner (2002), Geeraerts (2006), Ribeiro (2007), Ferrari (2010, 2014) e Martelotta (2012).

² De acordo com Martelotta & Ribeiro (2012, p. 179), alguns autores, por entenderem que há na abordagem uma integração de fenômenos referentes aos processos de interação social, aditam o prefixo *sócio-* à nomenclatura, formando, assim, *sociocognitivismo*. “Esse termo enfatiza a importância do contexto nos *processos de significação* e o aspecto social da cognição humana”. (*Idem, ibidem*)

Há modelos de gramáticas que a linguística cognitiva explora, como a gramática cognitiva, de Langacker (1987, 1991), a gramática de construções – estudos das resultativas, proposto por Goldberg (1995, 2006) –, além da gramática radical das construções, formulada por Croft (2001), bem como a teoria da mesclagem conceptual de Fauconnier e Turner (2002). Devido às limitações do artigo, e por questões de organização textual, tais modelos não serão abordados. Contudo, espera-se que este trabalho (resultado dos estudos iniciais da bolsa de iniciação científica concedida pela FAPERJ), possa contribuir de modo significativo às pesquisas na área da linguagem.

2. Linguística cognitiva e linguagem

Uma premissa essencial da linguística cognitiva é o que se poderia expressar por princípio da *não modularidade*, que fez com que se afastasse da perspectiva postulada pelo gerativismo. Para os gerativistas, a mente humana estaria subdividida em módulos, ou pares, que trabalhariam individualmente, sendo que cada um deles corresponderia a determinado domínio do conhecimento. Nesse sentido, o módulo da linguagem seria constituído independentemente dos demais, ou seja, do morfológico, do semântico e do fonológico.

Em outras palavras, o módulo da linguagem apresentaria propriedades autônomas em relação aos outros, como por exemplo, os módulos cognitivos (CROFT & CRUSE, 2004; LEITE 2006; RIBEIRO 2007). Com isso, entende-se que o falante emprega propriedades inatas para executar construções objetivas nas línguas naturais, sem estarem relacionadas aos significados vinculados a esses (MARTELOTTA & RIBEIRO, 2012), o que difere da proposta da linguística cognitiva, que entende léxico e sintaxe como partes de um *continuum*. Como evidenciado por Ferrari,

A linguística cognitiva [...] adota uma perspectiva não modular, que prevê a atuação de princípios cognitivos gerais compartilhados pela linguagem e outras capacidades cognitivas, bem como a interação entre os módulos da linguagem, mais especificamente, entre estrutura linguística e conteúdo conceptual. (FERRARI, 2014, p. 14)

Em um primeiro momento, os cognitivistas valiam-se da perspectiva gerativista, para a qual “a linguagem é o espelho da mente” (CHOMSKY, 1975). Todavia, no decorrer de suas verificações, adotaram uma nova abordagem teórica mais adequada à interface entre sintaxe e semân-

tica, examinando, sobretudo, as relações entre forma e significado na teoria linguística (FERRARI, 2010, 2014), além do eixo de cunho pragmático relacionada à experiência da linguagem em uso.

Além disso, Ribeiro (2007) ressalta que a linguística cognitiva

[...] rejeita o princípio de autonomia da linguagem, a afirmação da discrição e homogeneidade das categorias linguísticas, a ideia de que a linguagem é gerada por regras lógicas e por traços semânticos objetivos e a tese chomskiana da autonomia e da não-motivação semântica e conceptual da sintaxe. (RIBEIRO, 2007, p. 24)

Como demonstrado, são notórios os contrastes adotados por ambas as abordagens: a teoria gerativa compreende que o significado de uma oração é estabelecido unicamente pelos mecanismos à disposição dos falantes, a fim de interpretá-las; para linguística cognitiva, por outro lado, é a cognição que medeia o sentido de uma expressão e a relação entre palavra e mundo. Segundo Silva (1997, p. 59), “a linguística cognitiva é uma abordagem da linguagem perspectivada como meio de conhecimento e em conexão com a experiência humana do mundo”.

3. *Forma e significado na linguística cognitiva*

A linguística cognitiva pressupõe que a linguagem seja um processo cognitivo mediado pela experiência humana. Isto, nas áreas de investigação da linguagem, representou uma renovação, pois passava a se considerar os processos de conceptualização e categorização do mundo como recursos para entender a realidade do falante. Quanto a isso, Ribeiro nota que a linguística cognitiva poderia ser avaliada como uma “renovação do interesse por se estudar a conceptualização da realidade pela língua” (RIBEIRO, 2007, p. 23), sendo um campo de estudo que trata o conhecimento e a linguagem como indissociáveis das experiências de mundo.

Partindo dessa concepção cognitivista, o sentido adquire uma nova propriedade, não sendo visto meramente como um reflexo do mundo, mas intermediado pela construção cognitiva através de situações empíricas do usuário da língua, ou seja, a partir do contexto situacional e linguístico. Significado, como Geeraerts sintetiza (GEERAERTS, 2006, p. 4), não é mera reflexão objetiva do mundo exterior, “é uma maneira de dar forma a esse mundo. Pode-se dizer que ele interpreta o mundo de

uma maneira particular, que ele incorpora uma perspectiva sobre o mundo”³.

Assim, significado figura como *construção mental*, “a partir da interação de estruturas cognitivas e modelos compartilhados de crenças socioculturais” (FERRARI, 2014, p. 15). Daí que se afirme que as palavras não possuem significados prontos, *a priori*, mas fazem parte do processo de construção de sentidos, que se dá contextualmente. É, pois, o que se enuncia na expressão “a linguagem é a ponta visível do *iceberg* da construção invisível do significado”, citada, inclusive, por Fauconnier (1997, p. 1).

Para os cognitivistas, o processo de significação (e categorização) é extremamente influenciado e constituído a partir de experiências corporais, ou seja, a partir de como o mundo é captado por nossos sentidos, o que “implica admitir a importância da noção da perspectiva no processo de significação e expressão do mundo”. (MARTELOTTA & RIBEIRO, 2012, p. 183). Para a linguística cognitiva, as experiências sensório-motoras (como movimento, mudança de estado etc.) e a percepção físico-espacial do mundo são expressos na linguagem humana, conforme chama a atenção Leite (2006, p. 13).

Seguindo a lógica dessa acepção, o significado de uma palavra muda, e com ela muda a visão sobre o objeto analisado. Geeraerts menciona que “para a teoria da linguagem, isto significa que não podemos apenas pensar na linguagem como processo de estrutura mais ou menos rígido e estável” (GEERAERTS, 2006, p. 4), mas sim como uma estrutura livre, flexível, que tem como sinal distintivo justamente o significado.

Note-se, finalmente, que, quanto à exploração das extensões dos sentidos, a linguística cognitiva não é a única cuja abordagem teórica envolva pesquisas relacionadas à semântica. Há, também, contribuições relevantes provenientes de estudiosos funcionalistas sobre a semântica formal, cujo foco primordial dá-se pela centralidade na área do significado. (FERRARI, 2014)

³ “Meaning is not just an objective reflection of the outside world, it is a way of shaping that world. You might say that it construes the world in a particular way, that it embodies a perspective onto the world.” [Todas as traduções neste trabalho são de nossa autoria, salvo indicação em contrário].

⁴ “For a theory of language, this means that we cannot just think of language as a more or less rigid and stable structure”.

4. Os processos de categorização e a visão cognitivista

Já foi dito anteriormente que é interesse da linguística cognitiva a estrutura de categorização nas línguas naturais. Ferrari (2014) demonstra como as reflexões acerca do processo de categorização não são desnecessárias ou supérfluas, haja vista que já circulavam na história do pensamento ocidental, por meio das indagações filosóficas de Platão e, mais especificamente, de Aristóteles. É por meio da categorização que entidades similares (sejam elas pessoas, elementos linguísticos, animais etc.) são aglomeradas por nós em classes específicas. Nesse sentido, o modelo de categorização pode ser aplicado a qualquer subdivisão existente, até mesmo na linguagem em si.

Segundo Ferrari,

Nossas estratégias de categorização estão intimamente relacionadas à nossa capacidade de memória. Podemos agrupar objetos em categorias para falar do mundo, mas não podemos criar um número infinito de categorias, pois isso acarretaria em sobrecarga em termos de processamento e armazenamento de informações. (FERRARI, 2014, p. 31-32)

A visão clássica a respeito do fenômeno de categorização, mentalista e de base aristotélica, exigia que o objeto categorizado apresentasse todos os seus atributos definidores e necessários. Em outras palavras, categorias eram estabelecidas a partir de características que fossem comuns a todos os membros. Segundo esse modelo, para se chegar à conclusão de que um determinado animal pertencia à classe *ave*, conforme o exemplo de Ferrari (2014, p. 33), ele deveria ter *bico*, *asas*, *poder voar* e *pôr ovos*.

Esse arquétipo de estrutura, entretanto, foi revisado pela semântica estruturalista, especificamente por Katz & Fodor. Em *The Structure of a semantic theory*, de 1963, os autores lançaram mão de um sistema específico para delimitar a estrutura semântica de um item lexical. A palavra *ÉGUA*, analisada dentro dessa concepção, apresentaria características diferenciadas do item lexical *CAVALO*, no que tange aos traços de gêneros. Com isso, *CAVALO* seria [EQUINO], [MACHO+] e [ADULTO+], ao passo que *ÉGUA* constituiria [EQUINO], [MACHO-] e [ADULTO+].

Com a evolução dos estudos científicos, obtiveram-se, no século XX, novas investigações, oriundas da psicologia cognitiva, sobre categorização, destacando-se o trabalho de Eleanor Rosch a respeito das cores focais. A linguística cognitiva, por sua vez, propôs uma categorização de caráter motivacional, situado e prototípico, em que se observam os níveis

de especificidades e os contextos linguístico e social. Segundo Geeraerts, na linguística cognitiva, “definir uma categoria pode significar descrever alguns de seus principais membros, em vez de dar apenas uma definição abstrata” (GEERAERTS, 2006, p. 2), e, ademais, “a definição abstrata não precisa consistir de um único conjunto de características definidoras que pertençam única e distintamente a tal categoria”⁵. (*Idem, ibidem*)

Além da visão de traços adotados, Ferrari (2014) menciona haver dentro do sistema de categorização uma relação de ordenação entre categorias prototípicas e fronteiras categorias, cujos membros se encontram reunidos sob uma escala de *prototipicidade*. Assim, para a autora, a categorização de base cognitivista “envolve desde representantes mais centrais, com suficiente similaridade ao protótipo, até representantes muito periféricos, que constituem efeitos do protótipo e apresentam poucos traços em comum com o núcleo categorial” (FERRARI, 2014, p. 41), como esquematizado a seguir:

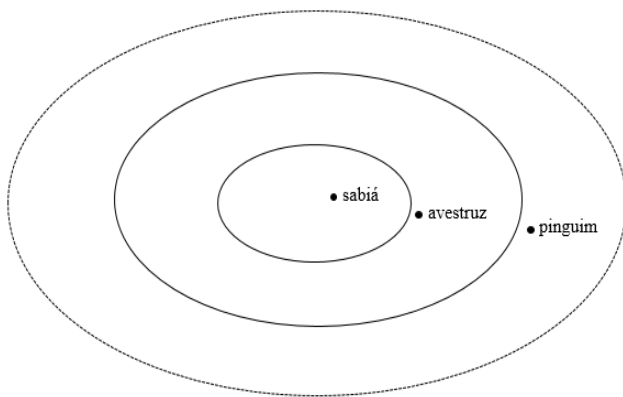


Fig. 1: Categoria Radial. Fonte: FERRARI (2014, p. 42)

Esse modo de interagir com a realidade, nos termos de Martelotta & Ribeiro (2012, p. 180) é analisado como uma estratégia cognitiva da qual os falantes dispõem para criar categorias no mundo a partir de associações. Assim, objetos e, principalmente, gestos podem ser categoriza-

⁵ “Cognitive Linguistics emphasizes the fact that defining a category may involve describing some of its principal members rather than just giving an abstract definition. But it also stresses that the abstract definition need not consist of a single set of defining characteristics that belong uniquely and distinctively to that category”.

dos em uma escala diferenciada devido à forma como o interlocutor interage na sociedade. Ribeiro destaca a importância da linguagem na construção do conhecimento, ao incorporar “um conjunto de princípios relativamente limitados, que operam sobre os conhecimentos armazenados na memória ou presentes na situação comunicativa”. (RIBEIRO, 2007, p. 24-25)

5. A visão sobre o conhecimento de dicionário e enciclopédico na abordagem cognitivista

A linguística cognitiva adota uma nova perspectiva no paradigma do estudo da linguagem, privilegiando, sobretudo, os usuários da língua, uma vez que esses são postos no escopo da construção do significado. Com efeito, “o falante não é mais visto como um mero manipulador de regras preestabelecidas, mas como um produtor de significados em situações comunicativas reais nas quais interage com interlocutores reais” (MARTELOTTA & RIBEIRO, 2012, p. 181), rejeitando, desse modo,

[...] os postulados da linguística moderna decorrentes do princípio de autonomia da linguagem: entre outros, a separação entre conhecimento “semântico” (ou “linguístico”) e conhecimento “enciclopédico” (ou “extralinguístico”), fundamentada no postulado da existência de um nível estrutural ou sistêmico de significação linguística (relativamente ao qual se considera que se podem e devem definir e analisar as categorias linguísticas), distinto do nível em que o conhecimento do mundo está associado às formas linguísticas. (SILVA, 1997, p. 60-61)

De acordo com Ferrari (2014), a distinção entre *dicionário* e *enciclopédia* levou lexicólogos e lexicográficos a uma profunda investigação desses termos teóricos. Na década de 60, com o surgimento da teoria mentalista da linguagem, estabeleceu-se uma relação entre o conhecimento de dicionário, que se somava ao nível de representação mental dos itens lexicais. Pesquisas contemporâneas vieram apontar que, diferentemente, a distinção entre os dois conhecimentos advém de aspectos puramente convencionais. Ainda assim, a linguística cognitiva presume que *conhecimento de dicionário* pertença à uma subdivisão do conhecimento enciclopédico, de caráter mais abrangente.

Comumente associa-se o conhecimento de dicionário ao estudo semântico-lexical, que privilegia o significado das palavras. Essa concepção respalda-se na hipótese da *modularidade*, amparada pela teoria gerativa, a qual, por sua vez, sustenta que o conhecimento linguístico é específico, ou seja, de natureza distinta dos demais tipos de conhecimen-

tos de mundo. Devido a este pensamento, “assume-se que o conhecimento linguístico é representado em um componente especializado, denominado *dicionário mental* ou *léxico*”. (FERRARI, 2014, p. 16)

Desta forma, os significados, em termos de atributos linguísticos armazenados na memória do indivíduo, podem ser definidos de forma semelhante como no dicionário, ou, como entende Ferrari, “no modelo de dicionário, o significado central de um item lexical é a informação contida na definição da palavra (por exemplo, esposa significa *mulher adulta casada*)” (FERRARI, 2014, p. 16). Em outras palavras, o modelo de dicionário se limita às propriedades de aplicação da semântica lexical e às relações de sentidos estabelecidos com mundo, e dá-se por intermédio do campo pragmático, o qual, segundo a visão formalista, é extrínseco ao domínio da linguagem.

Assim, para a linguística cognitiva, segregar os conceitos de *conhecimento lexical* e *conhecimento de mundo* pode suscitar um encadeamento de problemas. Inicialmente, pode-se apontar que o modelo de dicionário retrata a compreensão de que as palavras têm uma semântica de caráter próprio relacionado ao significado. Como expõe Ferrari,

[...] a linguística cognitiva reconhece a arbitrariedade da dicotomia entre semântica e pragmática: assim como o conhecimento linguístico não pode ser adequadamente separado do conhecimento de mundo, o conhecimento semântico não pode ser separado, de forma rígida, do conhecimento pragmático. A visão enciclopédica assume que os significados convencionalmente associados às palavras são abstrações a partir de uma vasta gama de contextos de usos associados a um lado item lexical. (FERRARI, 2014, p. 17)

Vale reafirmar que a perspectiva adotada pela linguística cognitiva é *baseada no uso*, e assume a premissa norteadora de que a construção de sentidos é orientada pelo contexto⁶. Devido a isto, a semântica cognitiva refuta a concepção de que léxico mental disponha do conhecimento semântico de modo separado de outros saberes. Sobre isso, Langacker se posiciona:

[...] a distinção entre semântica e pragmática (ou entre conhecimento linguístico e extralinguístico) é bastante artificial, e a única concepção viável da semântica é aquela que evita falsas dicotomias, apresentando, consequentemente

⁶ Leia-se, a título de curiosidade: “O significado associado às palavras sempre envolve o significado pragmático. O significado convencional é, na verdade, uma afirmação desse significado prototípico a partir de várias interpretações situadas pragmaticamente. Portanto, o significado pragmático é considerado *real*, e o significado convencional é visto como *abstração*”. (FERRARI, 2014, p. 18)

te, natureza enciclopédica. (LANGACKER, 1987, p. 154)

Embora haja uma associação entre construção do significado e conhecimento enciclopédico, ressalta-se que essa acepção adotada não denota, em termos de análise, que tal construção se estabeleça de modo desorganizado, pois “a semântica cognitiva caracteriza o conhecimento enciclopédico como um sistema estruturado e [bem] organizado em rede, assumindo que os diferentes aspectos do conhecimento a que uma palavra dá acesso não têm *status* idêntico” (FERRARI, 2014, p. 19). Langacker (1987), a fim de orientar um trabalho significativo, preconiza quatro propostas que podem contribuir para a centralidade das informações na rede enciclopédica:

- a) *Convencional*: Trata-se de um conhecimento compartilhado entre uma comunidade de fala. Esse conhecimento apresenta relativa probabilidade de ser mais central no que tange a sua representação mental de um determinado conceito lexical.
- b) *Genérica*: Conteúdo caracterizado pela não especificidade, ou seja, trata-se de uma informação de teor profundamente genérica.
- c) *Intrínseca*: Trata-se de um conceito do significado que não considera fatores externos.
- d) *Característica*: Uma informação objetiva capaz de identificar o membro de uma classe devido ao seu caráter particular.

Essas propostas justificam-se por comprovar o estabelecimento de uma estrutura organizada de conhecimento e, concomitantemente, atuam como enfraquecedoras de argumentos como os de que haveria uma falta de plausibilidade cognitiva no modelo enciclopédico. Essa centralização no nível do enunciado dá-se em razão da maior probabilidade de ativação no contexto do enunciado em que esse ocorre (FERRARI, 2014). Nessa perspectiva, compreende-se que os enunciados não funcionam como *pacotes* que guardam o significado, mas como mecanismos que atuam como uma *estrutura* que encadeia o acesso ao conhecimento.

6. Considerações finais

Este texto procurou estabelecer uma leitura atualizada a respeito da linguística cognitiva, considerando suas premissas básicas, além de ter procurado demonstrar no que se difere dos postulados gerativistas. Ressaltou-se que a linguística cognitiva assume uma visão *não modular*, uma

vez que prevê princípios cognitivos gerais que são compartilhados pela linguagem, dentre outras capacidades cognitivas. Autores como Martelotta e Ribeiro (2012) alegam que essa ciência cognitiva se respalda, sobretudo, em uma visão integradora do fenômeno da linguagem, fundamentada na conjectura de que não há necessidade de se realizar uma distinção entre os conhecimentos linguísticos e não-linguísticos.

Constatou-se também que para se realizar o processo de categorização era necessário que o objeto dispusesse de todos os atributos essenciais, o que foi revisado, posteriormente, por Katz & Fodor (1963). Demonstrou-se a existência de um sistema de categorização entre chamadas fronteiras *prototípicas* e *categoriais*. Nesta fronteira, ilustrou-se uma escada de *prototipicidade*, tendo como exemplos básicos o sabiá, o avestruz e, por último, o pinguim, que se encontra na camada *periférica* da escola, isto é, em uma posição distanciada dos traços centrais.

Ao longo das discussões realizadas, evidenciou-se que para a linguística cognitiva os usuários da linguagem encontram-se em posições prestigiadas, isto é, são postos no escopo da construção do significado. Devido a isto, os falantes passam a serem vistos não mais como piões a executarem regras, mas como produtores em potencial de significados. Para Geeraerts (2006), os significados são construídos na linguagem a partir de experiências que os indivíduos vivenciam.

Por fim, Ferrari (2014) entende que as palavras não contêm significados fechados, mas ajudam a nortear a construção de sentido. Martelotta e Ribeiro (2012) compartilham dessa perspectiva ao afirmarem que na concepção cognitivista não há significados prontos, mas, sim, mecanismos de construção de significação a partir de situações contextuais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CHOMSKY, Noam. *Reflections on language*. New York: Pantheon, 1975.

CROFT, William. *Radical construction grammar: syntactic theory in typological perspective*. Oxford: Oxford University Press, 2001.

FAUCONNIER, Gilles. *Mappings in thought and language*. Cambridge: Cambridge University Press, 1997.

FAUCONNIER, Gilles; TURNER, MARK. *Conceptual blending and the*

mind's hidden complexities. New York: Basic Books, 2002.

FERRARI, Lilian. Modelos de gramática em linguística cognitiva: princípios convergentes e perspectivas complementares. *Cadernos de Letras da UFF* — Dossiê: Letras e cognição, n. 41, p. 149-165, 2010.

_____. *Introdução à linguística cognitiva*. São Paulo: Contexto, 2014.

GEERAERTS, Dirk *et al* (Eds.). *Cognitive Linguistics: basic readings*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2006.

GOLDBERG, Adele. *Constructions*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

KATZ, Jerrold J.; FODOR, Jerry A. The Structure of a semantic theory. *Language*, n. 39, 1963.

LANGACKER, Ronald. *Foundations of cognitive grammar I: theoretical prerequisites*. Stanford CA: Stanford University Press, 1987.

_____. *Foundations of cognitive grammar II: descriptive applications*. Stanford CA: Stanford University Press, 1991.

LEITE, Marcelo Andrade. *Resultatividade: um estudo das construções resultativas em português*. 2006. Tese (doutorado em linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

MARTELOTTA, Mario Eduardo; RIBEIRO, Roza Maria Palomanes. Linguística cognitiva. In: MARTELOTTA, Mario Eduardo. (Org.). *Manual de linguística*. São Paulo: Contexto, 2012, p. 177-192.

RIBEIRO, Roza Maria Palomanes. *Construções gramaticais: uma análise das resultativas do português com o verbo ficar*. 2007. Tese (Doutorado em Linguística). Faculdade de Letras, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro.

SILVA, Augusto Soares da. A linguística cognitiva: uma breve introdução a um novo paradigma em linguística. *Revista Portuguesa de Humanidades*, vol. 1, n. 1-2, p. 59-101, 1997.